

O BRIZOLISMO ENTRE OS TRABALHISTAS CANOENSES

ANDERSON VARGAS TORRES*

INTRODUÇÃO

O contexto político e social brasileiro na década de 1960 — com ênfase no período entre 1961, ano em que o Presidente da República Jânio Quadros renunciou ao cargo, e 1964, quando ocorreu e se consolidou o golpe civil-militar — foi consideravelmente marcado pelas disputas e pelos conflitos entre os mais diversos setores sociais nacionais e seus diferentes projetos políticos para o Brasil. O que estava em contenda, portanto, não era apenas o poder sobre a administração estatal, mas qual o programa a ser seguido por ela: se uma concepção de nação progressista e reformista, ligada às esquerdas, ou uma política conservadora, vinculada aos políticos das direitas, sendo esse último programa restritivo com relação aos atores sociais que surgiam com força no Brasil daquela época, como os trabalhadores urbanos e camponeses, entre outros.

Dentre as forças à esquerda, destacou-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): foram as suas lideranças, em grande parte, que se apropriaram e ajudaram a formar as bandeiras reformistas e nacionalistas então em voga e passaram a lutar, de forma cada vez mais radical, por mudanças na estrutura social brasileira. Ao lado de vários movimentos sociais, como os dos estudantes, dos camponeses, dos operários, dos militares subalternos e dos sindicatos, o PTB foi a agremiação política que mais soube dialogar e canalizar as demandas advindas dos grupos sociais populares.

Nesse contexto, Leonel Brizola, importante liderança trabalhista, ganhou destaque por suas ações cada vez mais radicais: foi alçado ao papel de líder nacionalista e reformista do período, adotando uma postura de confronto com as oposições, em favor

* Mestrando em História/UFRGS. Bolsista FAPERGS/CAPES.

das *Reformas de Base*, após a sua atuação no Movimento da Legalidade.¹ Tal posição de Brizola influenciou inúmeras lideranças políticas progressistas, que aderiram à “estratégia de confronto”. (FERREIRA, 2007). Foi Brizola que, no início do ano de 1963, ao lado de setores consideráveis das esquerdas como os trabalhistas, comunistas, estudantes, operários, camponeses, entre outros grupos sociais, fundou a Frente de Mobilização Popular (FMP), que buscava pressionar o Presidente da República, o também petebista João Goulart, a instituir as Reformas de Base independentemente das críticas e das posições dos grupos mais conservadores. Por outro lado, sua postura enfrentou resistências não somente entre seus opositores, como também em setores do PTB, a começar pelo próprio Goulart, temeroso de que as atitudes de Brizola impedissem suas tentativas de negociações em prol das reformas com os agrupamentos políticos de centro e centro-direita.

Este artigo tem por objetivo tratar da atuação de Leonel Brizola como líder atuante na defesa das reformas de base ao longo da década de 60 e os reflexos desta atuação junto aos vereadores do município de Canoas, cidade que fica a 14 quilômetros de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Procura-se, enfim, compreender como era lida e reinterpretada a radicalização política entre as lideranças politico-partidárias locais, tendo como base os movimentos de um dos protagonistas daquela conjuntura. A análise terá como referencial teórico o conceito de brizolismo estabelecido por Sento-Sé. (1999). Para este autor, o brizolismo representava não apenas a imagem de Brizola, mas também — e principalmente — as suas ideias e a sua cultura política. Estas, por sua vez, são acompanhadas ativamente por inúmeros correligionários que as adaptam e as reinterpretam de acordo com seus pensamentos e suas ações. Não se trata de adeptos que agem inconscientemente, mas que adotam as mesmas bandeiras e as contextualizam de acordo com seus hábitos, com o local onde vivem, etc. Logo, meu intuito é analisar as atitudes de Brizola e os motivos que levaram os políticos de Canoas a apoiar — ou não — o que esta liderança trabalhista representava como projeto político.

¹ Movimento iniciado no Rio Grande do Sul, que visava garantir a posse do vice-presidente da República João Goulart após a renúncia do titular, Jânio Quadros, em 24 de agosto de 1961. Leonel Brizola, então governador do estado gaúcho, declarou-se abertamente contrário à tentativa dos ministros militares de impedir a investidura de Goulart, e canalizou a resistência contra tal tentativa de golpe. (BRANDALISE, 2011).

Ressalta-se aqui a especificidade do conceito elaborado por Sento-Sé: trata-se de um conceito² do tipo *ideal*, ou seja, não se refere a uma ideia abstrata e que pode ser apropriada e comparada com diferentes realidades. No caso de brizolismo, este tem um caráter muito mais prático e concreto, relacionado à figura e às ideias de Leonel Brizola, tendo origem no próprio período de atuação deste político. Sublinha-se também que Sento-Sé refere-se ao Brizola que retorna do exílio em 1979 e assume uma liderança incontestada no trabalhismo brasileiro, enquanto, no momento aqui estudado, Brizola disputava com outros nomes o protagonismo entre os trabalhistas e entre as esquerdas, embora suas posições já denotassem um discurso mais autônomo em relação à cúpula petebista, encabeçada por Goulart.

Na Câmara canoense, ocorreram tanto louvações e apupos por parte dos correligionários como também críticas e ofensas por parte dos opositores ao trabalhista. Logo, muitas representações a ele relacionadas entrarão em jogo nos debates legislativos e, novamente, não serão apenas discussões sobre o homem Leonel Brizola, mas sobre as ideias e propostas que o político Leonel Brizola representa no campo político brasileiro daquele contexto.

Dois episódios do período da radicalização política que antecedeu o golpe civil-militar de 1964 serão analisados neste artigo a partir desta perspectiva: o Movimento da Legalidade e seus ecos junto aos vereadores locais e o comando de Brizola junto aos movimentos reformistas, especialmente à Frente de Mobilização Popular (FMP) e seus aderentes em Canoas.

BRIZOLA, CIDADÃO DE CANOAS: O MOVIMENTO DA LEGALIDADE E SUAS REPERCUSSÕES

No dia 25 de agosto de 1961, o país foi pego de surpresa com a notícia da renúncia de Jânio Quadros da Presidência da República. O susto aumentou quando se tomou conhecimento de que a intenção dos ministros militares era de impedir a posse do petebista João Goulart, vice-presidente eleito em 1960. Para Ferreira, foi naquele momento em que a radicalização política ficou perceptível:

² Sobre as definições dos conceitos, ver Prost. (2008).

Entre os últimos dias de agosto e os primeiros de setembro de 1961, o país conheceu de perto a possibilidade da guerra civil. Dentre os vários projetos políticos que se apresentavam como alternativa de poder, e cuja concorrência somente aumentaria até o desfecho de 1964, dois se sobressaíram naqueles dias. Em um extremo, o governador trabalhista do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, representante da ala mais à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro; em outro, o líder direitista Carlos Lacerda, governador do estado de Guanabara, que apoiou entusiasticamente a tentativa de golpe dos ministros militares. (FERREIRA, 2005: 284).

Brizola, então governador gaúcho, colocou-se na liderança do movimento em favor da posse de Jango e contra o pretendido golpe militar. De acordo com Cánepa (2005), a Campanha da Legalidade foi o instante em que ocorreu uma virada no governo Brizola: a partir da sua capacidade em mobilizar a sociedade gaúcha em favor da Legalidade, o governador adquiriu projeção nacional, postando-se como uma liderança emergente e que fez a opção pela posição de defensor de reformas junto aos movimentos sociais, o que causou fissuras na relação de sua administração com a oposição conservadora, bem como com aliados mais à direita como o PRP.³ (CÁNEPA, 2005: 279-285). O rompimento com os perrepetistas propiciou, segundo Harres (2011), ao governo trabalhista atuar de forma mais progressista em projetos como a reforma agrária.

Na Assembleia Legislativa gaúcha, a repercussão foi imediata: a mesma definiu-se pela defesa da posse de Jango, em que pese à existência de divergências quanto à solução parlamentarista e no que diz respeito às atitudes de Brizola, como ressaltou Brandalise. (2011). A Assembleia preferiu entrar em sessão permanente durante aqueles dias, prática essa seguida por outras casas legislativas.

Na Câmara canoense, a recepção da notícia da renúncia de Quadros iniciou-se com algumas confusões: Dinarte Araújo, do Partido Libertador (PL), considerara a alternativa dos vereadores retornarem para casa “prontos para qualquer consignação que fossem necessárias”. (CANOAS, 25/08/1961, Ata 66/61). O petebista Edson de Medeiros apoiou o requerimento de encerramento da sessão proposto por Araújo e evocou que o caso lembrava “com exatidão” o dia 24 de agosto de 1954, numa referência ao episódio do suicídio de Getúlio Vargas. O trabalhista Antônio Alves desconsiderava tal possibilidade, avaliando o estilo pouco ortodoxo

³ Partido da Representação Popular.

do presidente, pois já seria a terceira vez que o presidente renunciava e o mesmo podia ainda reconsiderar. Armando Wurth, do Partido Social Democrático (PSD), defendeu o requerimento e disse:

(...) que temia houvesse interesse para provocar uma revolução e que considerava a suspensão dos trabalhos altamente interessante, muito mais do que debater-se qualquer matéria que tivesse na Casa (...) que os senhores vereadores deveriam ficar de prontidão em suas casas (...) e em caso necessário se reunissem (...) para estudarem o caminho a tomar. (CANOAS, 25/08/1961, Ata 66/61).

Ao fim, decidiu-se pela entrada em sessão permanente, devido a um novo temor de Wurth. Para o vereador pessedista, qualquer coisa poderia ser fechada no país, inclusive as Câmaras Municipais. (CANOAS, 30/08/1961, Ata 69/61). Percebe-se nas falas a preocupação com os acontecimentos e a lembrança de episódios que, se não eram semelhantes, ao menos traziam à tona novamente as disputas políticas entre os grupos getulistas e os grupos mais ligados aos conservadores.

O Movimento adquiriu grandes proporções: através da Cadeia da Legalidade — cadeia de rádios ligadas à Rádio Guaíba, encampada por Brizola —, obteve-se a expansão da mensagem do governador gaúcho para o país e se viabilizou a obtenção de novos adeptos ao movimento. Porém, mais importante ainda foi o apoio do General Machado Lopes, comandante do III Exército, à Campanha. Em Canoas, o vereador Alberto Oliveira propôs a mudança do nome da Avenida Victor Barreto para General Machado Lopes (CANOAS, 04/09/1961, Ata 70/61), uma amostra de que os fatos que ocorriam paralelamente em Porto Alegre eram percebidos pelos vereadores canoenses.

Os poucos indícios sobre o que estava ocorrendo nas ruas da cidade dão conta de que, na vida cotidiana, Canoas também viveu aqueles dias sob permanente tensão. O ex-vereador canoense Tróis Filho⁴ relembra: “Muita gente se assustou, se fechou em casa, gente que saiu da cidade, foi se esconder, saiu de Canoas até”. (TRÓIS FILHO, 2012). Souza⁵ lembra-se de um episódio que ocorreu num daqueles dias:

⁴ Antônio Canabarro Tróis Filho foi vereador entre os anos de 1963 e 1967, eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

⁵ Luiz Pereira de Souza atuou no legislativo local como vereador entre 1963 e 1967, eleito pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Eu me formei farmacêutico em 1960, e eu instalei uma farmácia aqui na Vila Fernandes, e tinha um movimento razoável até. E eu me lembro que na época da Legalidade, teve um que saiu e me disse assim, na rua, eu ia caminhando na rua de noite, e disse, e me perguntou: “Luiz, tu tá armado?” digo: “não, não tô, por que?” “Tem que andar armado, rapaz, esses caras perigoso, da Legalidade, eu to armado, olha aqui.” E ele tava com um revólver na cintura, que barbaridade! E eu disse, “não, não uso arma, e tal.” E ele disse: “não, mas tem que andar armado.” A única lembrança que eu tenho da Legalidade é isso, que a coisa tava feia, o pessoal falava que tinha que usar arma e tal, mas eu não participava de nada (SOUZA, 2012).

Mesmo a formação de Comitês de Voluntários não foi algo incomum em Canoas, como destacou uma nota do jornal de Porto Alegre *Diário de Notícias*, na qual afirma que “Nos inúmeros comitês organizados (em Canoas), têm sido grande a afluência do voluntariado que se inscreve para uma grande mobilização”. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 07/09/1961).⁶ Aproximava-se, portanto, do tipo de organização realizada em Porto Alegre, a partir do Comitê Central de Resistência Democrática, assim como nas cidades do interior, como bem informou Ferreira. (2005: 288-289).

Convém também lembrar a importante rebelião ocorrida na base aérea de Canoas. Ela teria sido acionada para que bombardeasse o Palácio Piratini, local onde Brizola fazia seus discursos e recebia seus apoiadores. Tal situação não encontrou guarida entre os setores subalternos da Aeronáutica, que impediram a decolagem dos aviões armados em direção ao palácio do governo gaúcho.⁷

Em suma, em consonância com o que ocorria na capital gaúcha e em outras cidades, muitos habitantes de Canoas também estiveram mobilizados favoravelmente à defesa da Legalidade e às ações de Brizola. Todavia, na Câmara de Vereadores, tal posicionamento só se tornou mais visível após o término da Campanha, com a posse de João Goulart no dia 7 de setembro de 1961.

Logo no dia 11 de setembro, Antônio Flores (PTB) — na ocasião, presidente da Câmara — requereu homenagens a Leonel Brizola, ao General Machado Lopes, ao Dom Vicente Scherer e ao Coronel Alfeu Monteiro, Comandante da Base Aérea. Propôs também, junto ao prefeito municipal, que estes nomes fossem declarados cidadãos canoenses, o que prontamente foi aceito pela bancada do PTB. (CANOAS, 11/09/1961, Ata 72/61). O assunto só voltaria a ser discutido enfaticamente no mês de novembro, quando o projeto de lei

⁶ In: Fundação Cultural de Canoas. (2005: 179-180).

⁷ Ver Rolim. (2009: 141-160).

finalmente foi votado. Nessa sessão, operou-se aquilo que Sento-Sé entende por brizolismo. Em um ambiente radicalizado, foi a partir das imagens representadas por Brizola que se estabeleceram os conflitos e as divergências, tanto políticas como de ideias. A posição de embate entre Brizola e Dom Vicente Scherer, por exemplo, impediu o voto favorável de Manoel Calbo (PSD) e Cirne Schmitt (PL), sendo que este ponderava não ser “aconselhável” (CANOAS, 28/11/1961, Ata 108/61) em função da incompatibilidade entre o governador e o arcebispo de Porto Alegre.⁸

Outra alegação oposicionista era de que Brizola nada havia feito por Canoas para merecer tal título: “concordava e mesmo elogiava a atitude do Sr. Governador, iniciando o Movimento da Legalidade, mas que o título de cidadão canoense só caberia para aquilo que fizesse diretamente para Canoas” (CANOAS, 28/11/1961, Ata 108/61), disse Armando Wurth, com a concordância de Melton Both (PRP). Mais uma forma dos oposicionistas contestarem a concessão do título era acrescentar, por emenda ao Projeto de Lei, outras personalidades para serem homenageadas: Almerindo Silveira (PSD) pediu concessão do título para o presidente da Assembleia Legislativa, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e até ao comandante da Brigada Militar. Operava-se a recusa a Brizola e à imagem representada por esse político. Por sua vez, os trabalhistas revelavam o seu apreço por Brizola e, refletindo a tese de Sento-Sé,⁹ caminhavam no sentido de apoiá-lo, de produzir suas noções próprias — e positivas — quanto à atuação de Brizola e de provar que ele não havia feito algo só por Canoas, mas pelo Brasil e pela democracia. Era esse o reconhecimento que estavam sugerindo. O proponente do projeto, Antônio Flores, assim declarou:

(...) em torno daquilo que tanto o Sr. Governador como as demais autoridades que se propunha na sugestão homenagear-se, fizeram pela defesa dos direitos democráticos do povo brasileiro, e reportando-se ainda sobre as atividades desta Câmara naquela oportunidade. Finalizando, declarou que o título de cidadão de

⁸ Embora Dom Vicente Scherer tenha apoiado e participado do Movimento da Legalidade, nunca escondeu suas convicções políticas — mais próximas dos conservadores — e também sua pouca simpatia por Leonel Brizola, como relata Silveira. Em entrevista, Scherer deixou claro que o seu envolvimento fora meramente para tranquilizar a população, sem se envolver nas atitudes do então governador. (SILVEIRA, 1991: 195-205).

⁹ “Talvez os discursos daqueles que aderem (ao líder) sejam, até mesmo, mais importantes. Dessa perspectiva, a adesão a que se convencionou chamar de brizolismo como a produção tácita ou explícita de um mosaico de imagens, cujo contorno é revelador de uma auto-imagem possível e plausível (por que não?) daqueles que fazem dela (a adesão) a forma privilegiada de engajar-se nos debates pertinentes à esfera pública”. (SENTO-SÉ, 1997: 26).

Canoas éra mais do que justo porque as autoridades referidas salvaram o Brasil dos golpistas. (CANOAS, 28/11/1961, Ata 108/61).

Niló Del Cueto Reis (PTB) seguiu o mesmo caminho: para este, fora a vitória da democracia contra a ditadura. Ao fim, a iniciativa foi aprovada, e no ano seguinte, 1962, Brizola recebeu o título de cidadão canoense.

3. A ADESÃO AO BRIZOLISMO: O PAPEL DE EDSON DE MEDEIROS COMO LÍDER PETEBISTA RADICAL NO LEGISLATIVO CANOENSE

O Movimento da Legalidade catapultou, segundo os autores aqui estudados, a liderança nacional de Leonel Brizola e ajudou a legitimar junto a setores consideráveis das esquerdas suas atitudes cada vez mais extremadas em defesa das reformas de base e do nacionalismo. Não podemos esquecer, evidentemente, neste ponto, a contribuição teórica de Pierre Bourdieu: ao propor representações do mundo social, os agentes políticos estão interessados na adesão dos cidadãos e na luta por aqueles princípios, mas também buscam a conquista de poder e a sua legitimação diante dos homens comuns. (BOURIDÉU, 1989: 173-174). No caso de Brizola, a sua luta reformista também tinha esse viés do “jogo duplo”, de conquista de poder político.

De qualquer forma, Brizola, após ser eleito deputado federal por Guanabara, com uma votação recorde, fundou, no início de 1963, a Frente de Mobilização Popular (FMP). Sobre esta, Ferreira nos diz:

Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo, a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com as direitas e os conservadores, (...). A frente liderada por Brizola procurava convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com seu apoio político, desconhecendo outras organizações do leque partidário brasileiro, inclusive os de centro. (FERREIRA, 2007: 547).

Esse agente, portanto, levou aos extremos o programa político do PTB pós Getúlio Vargas, como ressaltou Gomes (1994: 133-160); programa de um PTB renovado, articulado aos movimentos sociais e às bases populares, mas que procurava atuar de forma direta, junto à sociedade, ultrapassando os limites representativos, muitas vezes até ignorando as

oportunidades de negociações via instituições parlamentares como o Congresso Nacional, entrando, diretamente, na “Estratégia do Confronto”, já referida.

Esse é mais um momento representativo para entendermos o brizolismo e sua apropriação em Canoas: o fato de representar o reformismo radical, de sua palavra em defesa das reformas “na lei ou na marra” ser ouvida e respeitada, legitimava Brizola como liderança de setores das esquerdas e o levava a ter inúmeros apoiadores dentro da sociedade brasileira, que abraçavam a sua causa. Tais apoiadores representavam tanto quanto o então deputado a política do confronto e do radicalismo. Brizola a personaliza, mas as imagens e representações que o político gaúcho defendia estão de acordo com os anseios e os interesses dos seus simpatizantes — ou com a repulsa e a rejeição por parte de seus opositores. De acordo com Sento-Sé:

O brizolismo é um caso típico de adesão ao líder carismático e há nele indícios mais do que eloquentes do personalismo que o sustenta. Ocorre, porém, que tal personalismo tem como condição de possibilidade a constatação de que Brizola, sua persona pública, é expressiva de um conjunto de representações sociais fortemente enraizadas na cultura brasileira (...). (SENTO-SÉ, 1997: 26).

Em Canoas, o PTB como um todo apresentava posições muito similares as de Brizola, mas não há dúvidas de que Edson de Medeiros desempenhava com maior vigor a visão e a postura do ex-governador gaúcho para os trabalhistas canoenses. Sobre Medeiros, Três Filho dá um depoimento importante: “Ele era estudante de medicina. Ele criou a União Canoense dos Estudantes. Foi o presidente. Funcionou na casa dele, na Dr. Barcelos, a sede. Ele era militante, bastante militante”. (TRÓS FILHO, 2012). A fundação da UCE aconteceu em 1953.¹⁰ Além da militância estudantil, Medeiros — que era filho do prefeito de Canoas José João de Medeiros (1960-1963) — costumava escrever nas páginas dos periódicos locais. Seus discursos, ainda antes de ser vereador, eram influenciados pelo nacionalismo trabalhista, como neste artigo em que comentou as eleições municipais de 1959:

¹⁰ “A UCE, entidade que congrega os estudantes de todos os cursos de Canoas, foi fundada em 21 de abril de 1953. Destina-se a aproximar a classe estudantil, batendo-se por suas aspirações, procurando desenvolver entre eles o espírito de colaboração e amizade mútua. A UCE mantém ativa manifestação cultural através de conferências, palestras, concertos, etc. No setor assistencial, (...) tem distribuído farto material escolar. Ainda neste sentido instalou e vem mantendo a Clínica Dentária Gratuita da UCE. É seu presidente o acadêmico Edson de Medeiros”. (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS, 2003: 23).

O espírito e as idéias que determinaram a encampação da Companhia de Energia Elétrica serão postos em julgamento nas próximas eleições de 8 de novembro. A destemida posição assumida pelo Governador do Estado, intervindo pela primeira vez na vida de uma empresa norte-americana, repercutiu em todo o país. E em todo o Brasil se aguarda, com viva expectativa, o pronunciamento do povo gaúcho, particularmente de Canoas e Pôrto Alegre, a favor da atitude patriótica e nacionalista de Leonel Brizola. Temos redobradas esperanças para afirmar de que se o nosso povo, como se espera, apoiar nas urnas as medidas de Encampação, nós partiremos resolutamente para novas e definitivas vitórias na luta pela emancipação nacional. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 07/11/1959 a 13/11/1959).

Portanto, ainda antes de Brizola radicalizar as suas ações, Medeiros já representava em Canoas o PTB mais próximo do discurso popular, de emancipação e de nacionalismo, que, com o tempo e os acontecimentos, tenderia cada vez mais a se tornar mais extremista. Sua atuação difere-se ainda mais ao ser acusado de “comunista”, como havia ocorrido em 1961: a denúncia foi feita por Armando Wurth quando Medeiros falou na Câmara em favor da legalização do Partido Comunista Brasileiro. (CANOAS, 06/11/1961, Ata 88/61). Ser visto como comunista naquela conjuntura certamente nos fala muito sobre este líder local e suas experiências: de acordo com Motta (2002), o anticomunismo desempenhou um papel preponderante no período entre 1961 e 1964 para o acirramento entre os grupos políticos brasileiros, ao fazer acusações contra os movimentos reformistas e de esquerda de que estariam preparando o comunismo no Brasil — ainda mais em um momento tenso no mundo em função da Guerra Fria. Mesmo o presidente João Goulart era alvo destes setores de extrema-direita. Inserido neste contexto, Brizola e seus apoiadores - dentre os quais Medeiros - eram vistos como propagadores da "ameaça vermelha" por seus detratores.

Em 1963, quando Brizola tomou para a si o discurso extremado, Medeiros colocou-se na Câmara como o adepto mais próximo desta fala. São inúmeras as atas do ano em que Medeiros se postou favoravelmente às reformas e corroborou com as formas de manifestação empreendidas por Brizola via FMP. Defendia também a necessidade de superar as instituições representativas, visando à aplicação das reformas. Cabe aqui frisar algumas dessas falas. Em abril, por exemplo, Medeiros aderiu e pediu a adesão dos colegas ao movimento nacionalista:

(...) com a palavra o vereador Edson Medeiros dizendo que naquela data iniciava-se um movimento que poderia marcar época na história brasileira, ou seja, a campanha de opressão e mobilização popular contra o Congresso Nacional. Manifestando o seu pensamento sobre êste movimento (...) o considerava justo e oportuno para arrancar do Congresso as necessárias reformas de base. Declarou

ainda que o citado movimento popular que muitos querem considerá-lo de agitação, mas que em verdade não é, torna-se necessário, uma vez que esta é a última solução para os problemas do país. (...) considerava finalmente, que todos os brasileiros deveriam se unirem para dar maior força ao referido movimento de mobilização popular. (CANOAS, 29/04/1963, Ata 16/63).

A aproximação à oratória de Brizola era clara, e, mais do que isso, Medeiros inseria-se como uma espécie de porta-voz do reformismo radical em Canoas, conclamando a que todos participassem das mobilizações pró-reformas:

(...) convidou o vereador Edson Medeiros à todos os vereadores desta Casa, independentemente das côres partidárias, para comparecerem na Rádio Real, dia 7 do corrente às 21:00 horas, ocasião em que seria lançado o movimento de mobilização popular, visando a aprovação das reformas de base por parte do Congresso. (CANOAS, 06/05/1963, Ata 18/63).

Mesmo lideranças estaduais eram cobradas por Medeiros: ao reforçar o papel do PTB na pressão em prol das reformas, cobrou o mesmo empenho de outros políticos:

(...) falou o vereador Edson Medeiros, (...) salientando que os pronunciamentos de outros Partidos não tem sido formal pois não tem uma participação direta no problema. Disse ainda o orador que o PTB faz comícios em tôda e qualquer oportunidade, fato êste que não acontece com os outros Partidos. Que deseja ver os Deputados Raul Pilla e Paulo Brossard e outros, a quem muito respeita, lutando pelas Reformas de Base, como se fossem os representantes do PTB. (CANOAS, 30/05/1963, Ata 26/63).

Sublinha-se o desembaraço de Medeiros, pois estava cobrando de dois líderes antitrabalhistas, filiados ao PL — partido de origem antigetulista —, as suas participações em apoio ao movimento reformista. Provavelmente não teria estes apoios, mas é profundamente esclarecedora tal postura, refletindo novamente o brizolismo de Medeiros e o seu desembaraço ao provocar os libertadores, convocando-os para a mobilização pró-reformas. Tentava trazer ao lado do povo alguns representantes reconhecidamente antipovo, na linguagem corrente da época, conforme Ferreira. (2007: 550-555).

A defesa veemente de Brizola e de toda carga representativa que este tinha também fazia parte das falas de Medeiros: em 1º de julho, o vereador se posicionou contra os ataques sofridos via imprensa por Brizola:

(...) falou o Vereador Edson Medeiros, protestando contra um movimento incitado através de uma cadeia de rádio e televisão, atacando a pessoa do deputado Leonel Brizola. (...) considerou o vereador Edson de Medeiros, o que está êste movimento fazendo é uma sequência abominável de ataques, infâmias e injúrias. (...), disse o Vereador Edson Medeiros que pode constatar na convenção do PTB e inclusive junto aos camponeses a grande insatisfação por esta onda de ataques. (...) que tal atitude ocasionará a revolta do povo a tal ponto de procurar fazer justiça pelas próprias mãos, pois embora os tempos mudassem Leonel Brizola não irá suissidar-se, e junto com êle o povo fará a mudança que o Brasil tanto necessita. (CANOAS, 01/07/1963, Ata 38/63).

Na fala de Medeiros, é novamente o povo que surgia como protagonista, ao lado de Brizola. Ainda, retomava um episódio trágico para os trabalhistas: o suicídio de Vargas, embora, com Brizola, aquilo não seria possível de acontecer e as modificações viriam a partir de sua liderança. Não se trata de uma defesa cega ao chefe, mas, sim, da crença que havia não só em Medeiros, mas na maioria dos trabalhistas de Canoas na atuação radicalizada de Brizola.

Com exceções,¹¹ a maior parte dos trabalhistas — tanto os vereadores como os membros da executiva — estava ao lado do deputado de Guanabara: em uma reunião da executiva do partido, Antônio Flores sugeriu que se fizesse um ato de desagravo ao “grande líder nacionalista Deputado Leonel Brizola” (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB/RS, 30/06/1963, Ata 31), chegando a formar uma comissão para organizar tal ato. Na Câmara, os vereadores Zolmar Santos e Alcides Nascimento costumavam secundar Medeiros na intensidade dos pronunciamentos, defendendo Brizola. No entanto, foi Medeiros quem executou com maior eficiência tal apropriação do brizolismo, não somente pelas suas falas — retomando novamente Sento-Sé —, tão valiosas quanto as do próprio representante nacional, mas também por sua postura, por suas propostas e por sua militância extraparlamentar, sempre íntimas do nacionalismo trabalhista. Não por acaso, Edson Medeiros, que era deputado suplente em 1963 e 1964, conforme já vimos aqui, mesmo sem ter assumido a vaga na Assembleia Legislativa, teve seu mandato cassado.¹² Provavelmente porque os seus discursos tinham alguma representatividade como líder petebista — e brizolista.

¹¹ As únicas exceções eram Orestes Ferla — chegou mesmo a se candidatar a deputado estadual em 1962 pelo PRP — e outros que apoiavam as medidas reformistas, mas eram mais comedidos, como os vereadores Antônio Ferreira Alves e Elysio Belchior da Costa.

¹² Conforme Cánepa, Medeiros teve sua suplência cassada e seus direitos políticos suspensos por decreto da Presidência da República, publicado no Diário Oficial da União em 7 de maio de 1964, e lida na sessão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 11 de maio de 1964. Junto com Medeiros, foram cassados

FONTES DOCUMENTAIS

CANOAS. Câmara de Vereadores de Canoas. *Atas da Câmara de Vereadores de Canoas*. 1961-1964. Acervo do Arquivo da Câmara de Vereadores de Canoas.

FONTES ORAIS

SOUZA, Luiz Pereira de. *Depoimento*. [4 de setembro de 2012]. Entrevistador: Anderson V. Torres. Canoas: (s.l.), 2012.

TRÓIS FILHO, Antônio Canabarro. *Depoimento*. [17 de julho de 2012]. Entrevistador: Anderson V. Torres. Canoas: (s.l.), 2012.

FONTES IMPRESSAS

DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB/RS. *Ata 31*. Canoas, 30 de junho de 1963. Acervo do Museu e Arquivo Histórico La Salle.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. (Coord.). *História dos Nossos Prefeitos: Sady Fontoura Schivitz*. Canoas: Fundação Cultural de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas, 2003. (Série Documento– v.4).

Gazeta de Notícias. Canoas, 07 a 13 de novembro de 1959. Acervo da Unidade de Patrimônio Histórico de Canoas/Arquivo Municipal de Canoas.

BIBLIOGRAFIA

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. [1989] *O poder simbólico*. [12. ed.] Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDALISE, Carla. Os representantes do povo: o desafio da legalidade no Legislativo Rio-grandense. In: NOLL, Maria I. (et al.). *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011.

CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-293.

FELIZARDO, Joaquim J. *A Legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília A. N.(org.). *O tempo da experiência democrática*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 2003.

_____. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: Ferreira, Jorge; Reis, Daniel A. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 543-583. (As esquerdas no Brasil. V2.).

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: Ferreira, Jorge; Reis, Daniel A. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 53-82. (As esquerdas no Brasil. V2.).

_____. Brizola e o Trabalhismo. In: *Anos 90: Revista do programa de Pós-Graduação em História/UFRGS*. v. 11, nº 19/20, janeiro/dezembro de 2004. p. 11-20.

HARRES, Marluza M. Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão agrária no início da década de 60. In: *Anos 90: Revista do programa de Pós-Graduação em História/UFRGS*. v. 18, nº 33, julho de 2011. p. 99-127.

KARNIKOWSKI, Romeu M. *Uma contribuição ao estudo do Trabalhismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PROST, Antoine. *Doze lições de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROLIM, César Daniel de A. *Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964*. Dissertação de Mestrado em História. UFRGS. Porto Alegre, 2009.

_____; NOLL, Maria I. “A redemocratização de 1945: A herança político-eleitoral”. In: *Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1823/2002*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e do carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SILVEIRA, Norberto da. *Reportagem da Legalidade*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda., 1991.

VIEGAS, Danielle H. *Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959)*. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, Porto Alegre, 2011.